



PETIÇÃO 5.576 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REQDO.(A/S) : EDISON LOBÃO
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO E
OUTRO(A/S)

DECISÃO:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. INQUÉRITO. ELEMENTOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA. INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO.

1. Para a instauração de inquérito perante o Supremo Tribunal Federal, que tem natureza jurídica de procedimento investigatório, não se exige a comprovação dos fatos investigados, bastando a verificação de indícios mínimos de materialidade e de autoria.

2. O exame desses indícios não se dá com o mesmo rigor com que se examina a existência de justa causa para dar início a uma ação penal.

3. É certo que a mera instauração do Inquérito pode trazer algum tipo de constrangimento às pessoas com foro por prerrogativa de função. Por outro lado, os órgãos de persecução criminal devem ter a possibilidade de realizar as investigações quando verificado um mínimo de elementos indiciários, como é o caso das

Impresso por: 6019552071-72 Inq 4516
Em: 27/05/2017 17:04:25



PET 5576 / SP

informações obtidas por meio de acordos de colaboração premiada. Ponderados esses dois interesses, somente se deve afastar de antemão uma notícia-crime quando completamente desprovida de plausibilidade.

4. Não sendo este o caso, deve ser autorizada a instauração do inquérito, à vista do interesse maior da sociedade em ver os fatos esclarecidos.

1. A Procuradoria-Geral da República requer a instauração de Inquérito originário perante o Supremo Tribunal Federal, em face do Senador Edson Lobão, em razão da existência de indícios da prática dos crimes previstos nos arts. 6º e 9º da Lei nº 7.492/1986, art. 1º da Lei nº 9.613/98 e art. 332 do Código Penal.

2. Os elementos de prova que subsidiam o pedido foram colhidos na Pet 5576/SP, sob minha Relatoria, que deriva de cisão do Inquérito 3.960, que investigava a suposta prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional por Luiz Alberto Maktas Meiches e Marcos Henrique da Costa, representantes legais da empresa Diamond Capital Group no Brasil, no qual houve menção à suposta participação do Senador nos ilícitos.

3. Autorizado por mim o desmembramento, a Procuradoria-Geral da República efetivou nestes autos diligências prévias à formação da *opinio delicti* quanto à possível instauração – que ora requer – de inquérito para investigar a conduta do Senador.

4. Sustenta o Ministério Público Federal que as diligências demonstraram que o Senador, então Ministro de Estado de Minas e

PET 5576 / SP

Energia, teria ingressado, em 2011, de forma oculta no grupo empresarial Diamond Capital Group, fazendo-se representar pelo advogado e amigo pessoal Márcio Coutinho e que, com sua entrada e influência política, a empresa teria sido beneficiada ilicitamente com o aporte de capital de diversos fundos de investimentos, controlados pelo Governo Federal, entre eles, o da PETROS (Petrobras).

5. Assevera que dados obtidos a partir da agenda do então Ministro demonstram diversas reuniões que teve, no Ministério, com representantes da Diamond Capital Group e com Márcio Coutinho, o que contraria suas próprias declarações no sentido de que só estivera com Marcos Henrique da Costa, da Diamond, uma única vez em junho de 2011 e de que não tinha qualquer relação com o grupo.

6. Aduz que a possível interferência do então Ministro em favor dos interesses da Diamond Capital Group pode ser percebida pela coincidência entre os compromissos agendados com representantes da empresa e dirigentes da Petrobras, nos mesmos dias.

7. Conclui que os elementos encontrados são fortes indícios de que o Senador, na qualidade de sócio oculto da Diamond Capital Group teria atuado em favor da captação de fundos de investimentos da empresa junto à Petrobras.

8. Para a instauração do inquérito não é necessário que a verificação de indícios de materialidade e de autoria se dê com o mesmo rigor com que se examina a existência de justa causa para dar início a uma ação penal. Nesta medida, basta à instauração do inquérito que a notícia-crime tenha probabilidade de efetivamente se referir a um fato criminoso. Assim, se de um lado é incontestado que a mera instauração do Inquérito pode trazer algum tipo de constrangimento e que, nas investigações que correm perante o Supremo Tribunal Federal, as pessoas com foro por prerrogativa de função são obrigatoriamente autuadas

PET 5576 / SP

como investigados; de outro, os órgãos de persecução criminal devem ter a possibilidade de realizar as investigações havendo um mínimo de elementos indiciários, de modo que somente se deve afastar de antemão uma notícia-crime quando completamente desprovida de plausibilidade.

9. No presente caso, um primeiro exame dos autos revela elementos de participação direta do Parlamentar nos fatos narrados. Não se está diante de notícia sem qualquer apoio indiciário ou de notícia fundada somente em denúncia anônima, devendo-se dar prevalência, diante disso, ao interesse da sociedade em ver esclarecidos os fatos.

10. A Procuradoria-Geral da República requer, ainda, o cumprimento de diligências que incluem: (i) autorização judicial para que a Polícia Federal requirite junto aos provedores dos *e-mails* relacionados na Informação Técnica nº 154/2015 e na Informação Técnica nº 113, na formato especificado na petição; (ii) inquirição pela Polícia Federal de Marcos Henrique Marques da Costa, Luiz Alberto Maktas Meiches, Cleberson Gavioli, Jorge Alberto Nurkin, Márcilio Ribeiro de Miranda e Eduardo Uchoa Cintra de Oliveira; (iii) expedição de ofício ao Plano de Previdência da Petrobras (PETROS) para que informe se possui ou já efetuou aporte financeiro nos fundos de investimento da Diamond Capital Group, notadamente no período de 2011 a 2012; (iv) afastamento do sigilo bancário do Senador Edson Lobão (CPF 000.141.251-53) no período de 1.1.2011 a 31.12.2012; (v) expedição de ofício ao Banco Central para a transmissão das informações requeridas no formato indicado na petição (itens I, II, III, IV e V); e (vi) juntada aos autos do Relatório de Análise nº 030/2017-SPEA/PGR e seus dois anexos.

11. Esse o quadro, presentes os elementos indiciários mínimos da ocorrência do fato e de eventual autoria por pessoas com foro por prerrogativa de função perante esta Corte, determino a instauração do Inquérito, devendo o feito ser autuado como tal. Defiro as diligências pleiteadas e o sigilo das peças com informações bancárias do investigado.

Supremo Tribunal Federal

PET 5576 / SP

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Int..

Brasília, 23 de junho de 2017.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator

Impresso por: 601.955.171-72 Inq 4516
Em: 27/06/2017 - 17:04:25